



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 20/05/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado destacou a importância da Marcha dos Prefeitos em Brasília e reafirmou sua defesa do municipalismo. Como ex-Prefeito e ex-Vereador, afirmou que os Municípios são o local onde a população busca serviços essenciais, como saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura urbana. Ressaltou ainda o papel da Confederação Nacional de Municípios na articulação das demandas municipalistas e defendeu maior descentralização de recursos federais para as cidades brasileiras. Também enfatizou sua atuação parlamentar voltada ao envio de emendas para todos os 78 Municípios do Espírito Santo, mantendo parceria com Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores para viabilizar investimentos em infraestrutura e serviços públicos.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado homenageou Palmas (TO) pelos 37 anos da capital, parabenizando o Prefeito Eduardo Siqueira Campos e os moradores da cidade. Além disso, rebateu críticas sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, esclarecendo que ainda não votou a proposta e que defende a redução do prazo de implementação do benefício de 10 para 2 anos, bem como a criação de mecanismos de compensação às empresas, a fim de evitar demissões e prejuízos à economia.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado alertou para o avanço do crime organizado e sua infiltração no sistema financeiro e político, refutando acusações históricas contra o Partido dos Trabalhadores e afirmando que o crime segue o dinheiro, não a ideologia. Reconheceu o trabalho da Polícia Federal, do Ministério da Justiça e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) no enfrentamento ao problema. Além disso, apontou suspeitas de fraude bilionária e lavagem de dinheiro envolvendo Daniel Vorchato e o Banco Master, bem como possíveis conexões com o Senador Flávio Bolsonaro em tratativas para financiamento de filme sobre Jair Bolsonaro. Por fim, cobrou investigação rigorosa, seguindo provas e recursos financeiros, independentemente de cor partidária.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença do Vice-Prefeito de Irupi (ES) e parabenizou o Município pelo segundo lugar em premiação nacional do Sebrae. Destacou a parceria com o Prefeito Paulino e o Vice-Prefeito Abercílio, bem como a destinação de emendas e obras para a cidade, reconhecida pela qualidade do café produzido na região do Caparaó.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado saudou a 27ª edição da Marcha dos Prefeitos, destacando a relevância do evento para o fortalecimento da pauta municipalista e o diálogo entre os entes federativos. Ressaltou a importância das emendas parlamentares e da atuação junto aos Ministérios para atender às demandas dos Municípios de pequeno e médio porte. Além disso, apontou a solução definitiva dos débitos previdenciários municipais, em especial o INSS, como prioridade central, com destaque para a Bahia, Estado com o maior número de Municípios endividados. Por fim, cobrou do Congresso Nacional coragem para reduzir a alíquota previdenciária, que já alcança 16%, a fim de preservar as finanças municipais.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada defendeu o fim da escala 6x1, argumentando que o excesso de trabalho gera esgotamento físico e mental nos trabalhadores brasileiros, com impactos na saúde e na produtividade. Citou pesquisas sobre distúrbios causados pelo cansaço e problemas de coluna decorrentes da sobrecarga. Além disso, ressaltou que a adoção da escala 5x2 permitiria ao trabalhador descansar, qualificar-se e dedicar tempo à família. Por fim, reafirmou que o Partido dos Trabalhadores votará contra a escala 6x1 e declarou que não haverá recuo na defesa dessa pauta.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado saudou a presença dos Vereadores Márcio Baitella, Ana Brigida e Anderson Salles, de Itaguaçu (ES), que estiveram em Brasília em busca de recursos para saúde, uniformes escolares, infraestrutura e maquinário para a agricultura. Além disso, destacou o empenho dos Vereadores em prol da população local e enviou uma saudação aos moradores da cidade.

Lincoln Portela (PL - MG) - O Deputado manifestou indignação com decisão judicial que condenou um casal de Jales (SP) a 50 dias de prisão por suposta evasão escolar, mesmo com as filhas tendo lido mais de 20 livros. Questionou a seletividade do sistema, apontando que o Brasil registra mais de 4,2 milhões de crianças fora da escola sem que os responsáveis sejam responsabilizados. Por fim, declarou desrespeito à decisão, classificando-a como absurda.

Thiago de Joaldo (REPUBLICANOS - SE) - O Deputado cobrou do Governo Federal a conclusão dos estudos sobre possível prática de *dumping* na importação de leite da Argentina e do Paraguai, cujos preços seriam 53% inferiores ao custo de produção local, caracterizando concorrência desleal. Além disso, criticou a omissão do Governo de Sergipe diante da crise do setor leiteiro e sugeriu medidas como a proibição do leite em pó reidratado, a concessão de benefícios fiscais a produtores locais e a inclusão do leite sergipano na merenda escolar, em defesa de Municípios como Poço Redondo (SE), Nossa Senhora da Glória (SE) e Porto da Folha (SE).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

João Daniel (PT - SE) - O Deputado defendeu o fim da escala 6x1 e a garantia de dois dias semanais de descanso para a classe trabalhadora, citando as mobilizações do Dia do Trabalho como prova da pressão social pelo tema. Rebateu argumentos contrários, afirmando que a mudança não quebrará empresas, mas gerará mais emprego e dignidade. Além disso, elogiou o Presidente Lula e convocou sindicatos, câmaras de vereadores e movimentos sociais a se engajarem na aprovação da proposta.

Antonio Carlos Rodrigues (PODE - SP) - O Deputado agradeceu a visita do Vereador Ricardo Guimarães, de Cosmópolis (SP), à Câmara dos Deputados.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado apresentou ao Plenário os Vereadores Felipe, de Mauá (SP), e Chell, de Salto (SP), que estavam em visita ao Distrito Federal com agendas em ministérios, e agradeceu aos presentes.

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado homenageou a Vereadora Juliana Spolidoro, Presidente da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul (RS), destacando sua atuação em pautas relacionadas à saúde e aos direitos da mulher. Além disso, registrou a visita da Vereadora a Brasília, acompanhada do Prefeito Balardin, em busca de soluções para o Município. Por fim, parabenizou-a pelo trabalho e mencionou sua condição de pré-candidata a Deputada Federal pelo PSDB.

Marcelo Nilo (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado afirmou que a Bahia clama por mudança, criticando o Governador Jerônimo Rodrigues e o Presidente Lula. Apontou que o Programa de Governo Participativo (PGP), realizado em Feira de Santana (BA), gerou gastos elevados, enquanto autoridades dançavam em evento público, em contraste com as carências da população em saúde, segurança e emprego. Além disso, destacou pesquisas que indicam reprovação do Governador e mencionou a recepção favorável a Flávio Bolsonaro na Marcha dos Prefeitos, em oposição à ausência do Presidente Lula.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado manifestou apoio ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, celebrado em 18 de maio, e ressaltou que 2026 marca os 25 anos da Lei 10.216, de 2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica). Além disso, defendeu o fortalecimento da rede de atenção psicossocial, que inclui os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as residências terapêuticas, integrados ao Sistema Único de Saúde. Por fim, homenageou profissionais, usuários, familiares e movimentos sociais que lutam por uma sociedade sem manicômios, com cuidado humanizado e acessível.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado homenageou o Sr. Severino, ex-Vereador de Mauá (SP), líder do movimento de moradia no Estado de São Paulo, responsável pela entrega de mais de 2 mil casas por meio de programas como o Minha Casa Minha Vida e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição que propõe o fim da escala 6x1, com jornada de 40 horas semanais, duas folgas e sem redução salarial, e criticou tentativas de condicionar essa conquista a contrapartidas como a redução do recolhimento do FGTS de 8% para 4% e a isenção temporária da Previdência Patronal para novas contratações. Além disso, apontou contradição dos grupos que não questionaram a reforma trabalhista, aprovada em 120 dias, mas agora resistem à ampliação de direitos. Por fim, reafirmou seu compromisso com os trabalhadores e declarou que dignidade não se negocia.

Marangoni (PODE - SP) - O Deputado apresentou denúncia sobre a atuação da empresa AdviceHealth, que realiza auditorias médicas para 20 milhões de brasileiros em nome de planos de saúde como Bradesco Saúde e Amil. Apontou conflito de interesses, pois os mesmos grupos que recebem mensalidades controlam a empresa que nega procedimentos. Além disso, assinalou que a prática viola a Lei do Ato Médico e que o lucro do setor cresceu mais de 700% em dois anos, enquanto as reclamações aumentaram 85%. Por fim, mencionou a existência de CPI com 173 assinaturas e inquéritos abertos pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público da Paraíba.

Ismael (PL - SC) - O Deputado homenageou Maria Woestehoff, de Blumenau (SC), aos 92 anos a trabalhadora mais idosa do País com carteira assinada, atuando na rede Havan. Além disso, celebrou o reconhecimento nacional da cidadã como motivo de orgulho para os catarinenses.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado manifestou satisfação com a exposição de produtos agropecuários do Estado do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados, com a participação de produtores de Municípios como Bom Jardim (RJ), Nova Friburgo (RJ) e Itaperuna (RJ). Resgatou a experiência como ex-secretário de Estado de Agricultura e reafirmou o compromisso de apoiar os produtores rurais fluminenses. Além disso, informou que protocolou ofício e buscou apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária para reverter o veto ao reconhecimento da região norte e noroeste fluminense como semiárido, medida que ampliaria o acesso ao crédito rural no Estado.

Luciano Vieira (PSDB - RJ) - O Deputado afirmou que defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

horas semanais em 10 anos, esclareceu um equívoco ocorrido no gabinete durante a tramitação de emendas relacionadas à proposta. Relatou que a situação gerou dúvidas sobre sua posição, mas declarou que manteve compromisso com os trabalhadores. Disse que veio de origem humilde e destacou conhecer a rotina de esforço das famílias trabalhadoras. Ressaltou que o gabinete protocolou alterações nas Emendas nº 1 e nº 2 para corrigir o problema. Reiterou que sua atuação política permaneceu alinhada à defesa dos direitos dos trabalhadores.

Daniel Trzeciak (PSDB - RS) - O Deputado informou que se reuniu com o Diretor-Geral da ANTT para discutir a situação das concessões nas BRs 116 e 392, corredores ligados ao desenvolvimento econômico da metade sul do Rio Grande do Sul. Afirmou que o contrato anterior permaneceu por 28 anos e encerrou-se em março de 2026. Ressaltou que a região precisava de uma pausa sem cobrança de pedágio para estimular investimentos, geração de empregos e retomada econômica. Declarou que atuou contra a prorrogação do contrato e contra o período tampão. Também relatou que a ANTT garantiu a suspensão da cobrança de pedágio durante este ano.

Luciano Vieira (PSDB - RJ) - O Deputado registrou a presença de Marcos Braz, ex-Dirigente do Flamengo, e comentou a expectativa em torno da convocação de jogadores para a Copa do Mundo, além de elogiar o conhecimento de Braz sobre futebol. Informou que se licenciaria do mandato e que Marcos Braz, na condição de suplente, assumiria uma cadeira na Câmara dos Deputados a partir da semana seguinte para atuar nos trabalhos legislativos.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado relatou encontro com o Presidente no Palácio do Planalto, quando afirmou ter pedido atenção do Governo Federal para pautas relacionadas ao aborto. Declarou que voltou a cobrar o recolhimento de uma cartilha do Ministério da Saúde destinada a gestantes, por incluir referências ao tema. Também criticou o uso da expressão “pessoas que gestam” no material. Afirmou que recebeu do Presidente a sinalização de que o Governo não adotaria diretrizes favoráveis ao aborto e disse que cobraria providências sobre a publicação. Mencionou críticas recebidas após realizar oração pelo chefe do Executivo.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado afirmou que o Senado Federal deve ter papel decisivo na análise de futuras indicações ao Supremo Tribunal Federal. Mencionou preocupação com decisões judiciais relacionadas ao devido processo legal. Citou casos de condenações com penas elevadas e comparou essas situações a crimes envolvendo desvios de recursos públicos. Também afirmou que o Supremo Tribunal Federal exerceu função de guardião da lei e defendeu atenção da população brasileira às próximas escolhas para o Senado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Fernando Mineiro (PT - RN) - O Deputado comentou denúncias envolvendo e cobrou esclarecimentos sobre supostos recursos citados no caso conhecido como “BolsoMaster”. Também defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos. Criticou emenda apresentada por 176 Parlamentares, entre eles Sargento Gonçalves, General Girão e João Maia, por prever prazo de até 10 anos para implementação das mudanças. Afirmou que a proposta criava mecanismos para manter jornadas elevadas e ressaltou a mobilização da sociedade e das centrais sindicais para pressionar o Congresso sobre o tema.

Juninho do Pneu (PSDB - RJ) - O Deputado cumprimentou o Presidente e os Parlamentares, além de registrar a presença do Vereador Alexandre da Padaria, de Nova Iguaçu (RJ).

Marcon (PT - RS) - O Deputado criticou emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos, apresentada por um Deputado do Partido Progressistas do Rio Grande do Sul que previa ampliação da carga semanal para 52 horas. Declarou que a proposta contrariava interesses dos trabalhadores e defendeu o modelo 5 por 2, com 40 horas semanais e sem redução salarial, citado por ele como proposta do Governo Federal. Também argumentou que trabalhadores precisavam de tempo para lazer, saúde e convivência familiar. Afirmou que o PT atuaria em defesa do fim da escala 6 por 1.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado parabenizou o Ministério do Desenvolvimento Social e o Presidente pela reabertura do edital do Programa de Aquisição de Alimentos durante a Marcha dos Prefeitos. Informou que os Municípios passaram a poder se inscrever novamente para operacionalizar o programa por meio de convênios. Ressaltou que a iniciativa representou uma das principais políticas de fortalecimento da agricultura familiar, da reforma agrária e da produção de alimentos. Também destacou a participação de cooperativas e das administrações municipais na execução do programa e registrou reconhecimento à equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e aos Municípios mobilizados em torno da medida.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado comentou dados de uma pesquisa sobre percepção de segurança pública no Brasil e afirmou que a população demonstrava preocupação crescente com a violência. Citou números relacionados ao medo de golpes pela internet, roubos à mão armada, morte durante assaltos e furto de celulares, além de mencionar que o receio atingia mais intensamente as mulheres. Declarou que o debate sobre segurança pública ganharia destaque nas campanhas eleitorais e criticou a atuação do Congresso Nacional no tratamento do tema. Também afirmou que os Governos Federal e Estaduais reduziram investimentos na área.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado afirmou que denunciou, em 2023, um esquema de descontos não autorizados em benefícios de aposentados do INSS e declarou que a Contag teria sido a primeira entidade envolvida nas cobranças. Relatou que a instalação da CPMI do INSS, em 2025, ampliou as investigações e mencionou suspeitas envolvendo pessoas ligadas ao filho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Citou depoimentos prestados à Polícia Federal e afirmou que integrantes do Governo teriam sido informados sobre irregularidades no INSS. Também declarou que a investigação continuava no Supremo Tribunal Federal e na Polícia Federal, apesar da interrupção dos trabalhos da CPMI.

Fernando Mineiro (PT - RN) - O Deputado registrou a presença de lideranças do Rio Grande do Norte em visita ao Plenário: Jairo, Prefeito de José da Penha (RN), Alvécio, Prefeito de Janduiz (RN), e Raimundo, o seu Vice-Prefeito, que participaram da Marcha dos Prefeitos em Brasília.

Beto Preto (PSD - PR) - O Deputado destacou sua atuação pela criação de uma Subcomissão na Comissão de Viação e Transportes para acompanhar o fim da concessão da Malha Sul ferroviária, que envolveu Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e conexões com São Paulo. Informou que a concessão de 30 anos esteve próxima do término e citou preocupações com dívidas, deterioração do patrimônio público e trechos inoperantes. Defendeu o acompanhamento do processo por entidades como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal, além da participação de trabalhadores e usuários do sistema ferroviário.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a realização da Exposição Agropecuária de Guanambi (BA), retomada após oito anos e com referência histórica desde 1975. Afirmou que o evento movimentou a economia regional, reuniu pecuaristas, leilões, estandes comerciais e contou com a presença do Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues. Também relatou o anúncio da ampliação do Hospital Geral de Guanambi (BA), com investimento de R\$ 80 milhões, incluindo novos leitos de UTI, entre eles pediátricos, para atendimento de 38 Municípios. Informou que a medida resultou de articulações junto ao Governo estadual e à Secretaria de Saúde, liderada por Roberta Santana. Ainda registrou reconhecimento ao empresário Roberto Maia pela organização da exposição.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado afirmou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva destinou R\$ 30 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para ações voltadas a motoristas de aplicativo e taxistas. Criticou a iniciativa e mencionou episódios ocorridos na Marcha dos Prefeitos, como vaias ao Vice-Presidente Geraldo Alckmin e manifestações de apoio ao Senador Flávio Bolsonaro. Por fim, comentou a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DREP

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Diego Garcia (UNIÃO - PR) - O Deputado registrou a visita do Vereador Doutor Felipe, de Telêmaco Borba (PR), à Câmara dos Deputados. Destacou a parceria em projetos nas áreas de futsal, futebol e saúde no Município, além de reconhecer o trabalho do vereador e expressar expectativas positivas quanto à trajetória política do jovem representante.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado dirigiu críticas ao Senador Flávio Bolsonaro ao comentar investigações e reportagens relacionadas ao chamado “caso Master”, envolvendo o empresário Daniel Vorcaro. Afirmou que episódios recentes e suspeitas em torno do caso afetavam a trajetória política do senador e mencionou deslocamento dele após a prisão de Vorcaro, citando notícias sobre uso de recursos institucionais. Também associou o cenário político à disputa eleitoral nacional e afirmou que a Oposição estaria em dificuldade diante de pesquisas favoráveis ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Destacou ações do Governo federal e afirmou que o País vivia processo de reconstrução institucional e econômica sob a atual gestão.

Coronel Assis (PL - MT) - O Deputado criticou o decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que atribuiu à Autoridade Nacional de Proteção de Dados atribuições de regulação e fiscalização relacionadas ao Marco Civil da Internet. Afirmou que o governo ultrapassou limites de regulação e mencionou tentativas anteriores de aprovação de medidas sobre redes sociais no Congresso Nacional. Declarou oposição a iniciativas que classificou como controle de conteúdo digital e defendeu que propostas dessa natureza fossem debatidas no Parlamento. Também tratou da redução da maioria penal e defendeu análise do tema.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada se manifestou favorável ao reaproveitamento de trabalhadores concursados de empresas do setor elétrico após processos de privatização. Afirmou que o Legislativo havia autorizado anteriormente a realocação desses profissionais em outros órgãos públicos e criticou a manutenção de privatizações no setor, citando a CHESF e impactos no sistema energético nacional. Defendeu a garantia dos direitos dos trabalhadores para preservar a memória técnica do setor elétrico. Além disso, pediu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Banco Master, afirmando que eventuais responsabilidades deveriam ser apuradas independentemente de vínculos políticos.

Diego Coronel (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado agradeceu a presença do Prefeito Pedrinho, acompanhado da Primeira-Dama Neila, do Município de Encruzilhada (BA), e do Deputado Estadual Ângelo Coronel Filho, ressaltando as transformações promovidas no Município e a honra de receber as autoridades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado sustentou o direito de pais e mães recusarem a participação dos filhos em aulas sobre identidade de gênero nas escolas. Ademais, criticou conteúdos que negam diferenças biológicas entre homens e mulheres e afirmou que tais temas atenderiam a uma “agenda woke” dissociada da genética e da biologia. Além disso, destacou que a Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou lei estadual garantindo aos responsáveis a possibilidade de impedir a participação dos filhos nessas aulas. Recriminou ainda o Supremo Tribunal Federal (STF) por derrubar a medida, retirando dos pais a autoridade sobre a educação dos filhos. Por fim, afirmou que não defende a homofobia e sim o direito dos pais.

Aécio Neves (PSDB - MG) - O Deputado saudou a posse, na Casa, do Deputado Glycon, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e afirmou que sua trajetória fortalece a reconstrução da legenda e a construção de um caminho para o Brasil, sem vinculação aos extremos. Ademais, defendeu a política feita com seriedade e responsabilidade como instrumento de transformação social e sustentou que o PSDB deve dialogar com diferentes vertentes políticas, superar ataques a adversários e priorizar a vida dos brasileiros.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado apelou ao Deputado Aécio Neves para que se apresente como candidato à Presidência da República. Afirmou que votou no Parlamentar em 2014 e lamentou sua derrota eleitoral. Ademais, elogiou sua experiência democrática e sua oposição à polarização extremada entre Direita e Esquerda. Por fim, sustentou que o País precisa de alguém que represente o Brasil como projeto nacional.

Paulo Abi-Ackel (PSDB - MG) - O Deputado saudou a posse do Deputado Glaycon Franco na Câmara dos Deputados e destacou sua trajetória como médico e Deputado Estadual. Desejou ainda que o novo Parlamentar contribua para o Brasil, Minas Gerais, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o debate político com ética e respeito. Ademais, afirmou que a Casa já viveu tempos melhores e defendeu que o Parlamentar apresente ideias, projetos e leis em favor da boa política.

Defensor Stélio Dener (UNIÃO - RR) - O Deputado celebrou a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o rateio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que reduziu tarifas de energia em Estados das regiões Norte e Nordeste, além de partes de Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso. Ademais, destacou a mobilização conjunta da bancada federal de Roraima (RR) para a redução do reajuste da tarifa de energia no Estado, de 24% para 4%, embora tenha ressaltado que o aumento residual ainda prejudica a população.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado celebrou o congresso estudantil realizado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), em Fortaleza (CE), direcionado à reconstrução do Diretório Central dos Estudantes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

(DCE), e destacou o debate promovido pelos estudantes sobre temas políticos, econômicos e sociais do País. Ademais, criticou a atuação de setores conservadores e extremistas no debate sobre o caso do Banco Master e afirmou que os envolvidos em desvios financeiros devem ser punidos. Por fim, sustentou que a desmoralização desses setores fortalece o campo democrático e favorece a vitória eleitoral do Presidente Lula.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Presidente da Câmara Municipal de Miguelópolis (SP), Rodrigo, e destacou a importância turística do Município, localizado na região de Ribeirão Preto (SP).

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado celebrou o anúncio do Presidente Lula de R\$ 30 bilhões em crédito para motoristas de aplicativo e taxistas financiarem carros novos. Ademais, elogiou o Governo pela simplificação de regras para mototaxistas e motoboys e defendeu legislação que garanta segurança e estrutura a esses trabalhadores.

Paulo Lemos (PT - AP) - O Deputado alertou que os Parlamentares devem estar atentos à reação popular sobre suas posições na Câmara dos Deputados. Ademais, criticou a Emenda nº 1 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho, por considerar que ela inviabiliza o mérito da proposta, e destacou que nenhum Deputado do Amapá assinou a medida. Por fim, defendeu a aprovação da jornada 5 por 2, ressaltou o sofrimento de trabalhadores submetidos à escala 6 por 1 e apontou que a proposta tem apoio de mais de 70% da população.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado condenou a emenda à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e altera a escala 6 por 1 para 5 por 2, por considerar que a medida prejudica os trabalhadores e favorece compensações a empresários. Além disso, criticou os quinze Deputados do Paraná que assinaram a emenda e apontou que alguns deles nunca trabalharam na vida. Ao final, convocou a população a pressionar os Parlamentares e participar da mobilização nacional pelo fim da escala 6 por 1, defendendo a aprovação da PEC.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada manifestou seu apoio à jornada de trabalho de 40 horas semanais e ao fim da escala 6 por 1. Ademais, rebateu as críticas da Oposição ao Governador Jerônimo Rodrigues e afirmou que a Bahia alcançou a terceira posição entre os Estados mais bem avaliados por estrangeiros em imagem e reputação internacional. Além disso, criticou o governo municipal de Salvador (BA), associado ao grupo do ex-Prefeito ACM Neto e do Prefeito Bruno Reis, apontando piora em indicadores de qualidade de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

vida, educação e competitividade. Destacou ainda obras realizadas pelos Governos do Presidente Lula e de Jerônimo Rodrigues, como a ampliação do metrô de Salvador (BA), a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a construção da ponte entre Salvador (BA) e Itaparica (BA). Por fim, condenou o Senador Flávio Bolsonaro por atacar o povo baiano diante da perspectiva de derrota eleitoral no Estado.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso (PA), com o objetivo de regularizar a situação de produtores rurais instalados na região antes da criação da unidade de conservação. Além disso, criticou a atuação do Governo Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Força Nacional contra moradores e produtores locais, acusando-os de desrespeitar direitos de famílias que vivem e produzem na área há décadas. Ao final, agradeceu ao Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, por incluir a proposição na pauta do plenário da Casa.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado convocou mobilização nacional durante o esforço concentrado da Câmara dos Deputados, de 25 a 27 de maio, em favor da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Além disso, defendeu pressão sobre Parlamentares para encerrar a jornada escorchantemente de trabalho.

Marina Silva (REDE - SP) - A Deputada defendeu a integração entre agricultura e preservação ambiental e criticou projetos em tramitação na Câmara dos Deputados que enfraquecem a política ambiental. Ademais, condenou o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso (PA), e o Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que regula a aplicação de medidas administrativas cautelares e dispõe sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório, por considerar que as propostas representam retrocesso ambiental e prejudicam a imagem internacional do agronegócio brasileiro. Destacou ainda que a redução do desmatamento, a reconstrução da política ambiental do Governo Federal e a preservação da Amazônia contribuíram para a abertura de novos mercados internacionais e para o acordo Mercosul-União Europeia.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado criticou os Governos brasileiros do século XXI, especialmente o Governo Lula, associando-os ao fracasso econômico, à queda do Brasil no ranking das maiores economias e à baixa renda per capita. Ademais, destacou que o País apresenta graves indicadores sociais, como homicídios, analfabetismo, desemprego crônico, dependência do Bolsa Família e elevado número de aposentados e pensionistas. Ao final, declarou que a Câmara dos Deputados deve aprovar a Proposta de Emenda à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Constituição nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho, mas alertou para o impacto da medida sobre microempresas e microempreendedores individuais (MEIs).

ORDEM DO DIA

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Kiko Celeguim (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada criticou o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 139, de 2026, que altera a Lei nº 7.689, de 1988, e a Lei nº 8.981, de 1995, para fixar alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL das sociedades resseguradoras locais e para afastar o limite de compensação de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas relativas às atividades de resseguro e retrocessão, por considerar que a medida promove renúncia fiscal e compromete o orçamento da Seguridade Social. Ademais, apelou para que a proposição não fosse votada naquele dia.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.448, de 2026, que institui o Programa Nacional de Assentamentos Periurbanos e Semirurais (PNPAS), e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.448, de 2026, que institui o Programa Nacional de Assentamentos Periurbanos e Semirruais (PNPAS), e dá outras providências.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.448, de 2026, que institui o Programa Nacional de Assentamentos Periurbanos e Semirruais (PNPAS), e dá outras providências.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.448, de 2026, que institui o Programa Nacional de Assentamentos Periurbanos e Semirruais (PNPAS), e dá outras providências.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.448, de 2026, que institui o Programa Nacional de Assentamentos Periurbanos e Semirruais (PNPAS), e dá outras providências.

Inácio Arruda (PCdoB - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.448, de 2026, que institui o Programa Nacional de Assentamentos Periurbanos e Semirruais (PNPAS), e dá outras providências.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a condução do debate sobre o Projeto de Lei nº 1.448, de 2026, afirmando haver pressa na sua aprovação sem que o mérito tenha sido devidamente debatido ou amplamente discutido pelos Parlamentares. Também questionou a atuação do Governo Federal em relação à regularização fundiária, alegando que, desde o início de 2023, não houve avanços na entrega de títulos de propriedade rural no Rio Grande do Norte. Acrescentou que, em vez de promover segurança jurídica e garantir dignidade aos moradores do campo, o poder público estaria incentivando novas invasões de terras.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.448, de 2026, que institui o Programa Nacional de Assentamentos Periurbanos e Semirruais (PNPAS), e dá outras providências.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem com base no art. 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no art. 4º, § 4º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, e na decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.127, que vedam a inclusão de matérias estranhas ao objeto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

original de medidas provisórias. Apontou que o art. 3º do Projeto de lei de conversão nº 4, de 2026, da Medida Provisória nº 1.334, de 2026, inserido pelo Relator, trata de competência da Secretaria do Patrimônio da União para identificar terrenos marginais de rios federais navegáveis, tema alheio ao conteúdo original da medida.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.334, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.334, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.334, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Também criticou a aprovação acelerada de matéria votada na sessão anterior, que, segundo ele, reduziu mecanismos de controle sobre recursos partidários, e contrastou essa postura com a importância de garantir ampla discussão sobre temas de interesse público.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.334, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Luciano Vieira (PSDB - RJ) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Murillo e do vice-Prefeito Mazinho, do Município de Cambuci (RJ), destacando o envio recorrente de recursos para apoiar o desenvolvimento da cidade. Também saudou a Prefeita Geane e a vice-Prefeita Neriete, de Cardoso Moreira (RJ), ocasião em que reafirmou seu compromisso com o Município e colocou seu mandato à disposição da gestão local.

Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado fez um apelo para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, seja incluída na pauta de votações da Câmara dos Deputados, destacando que a matéria aguarda deliberação há cerca de um ano e meio. Também defendeu a relevância da proposta, que trata da imunidade tributária dos templos religiosos, e ressaltou o papel das igrejas como espaços de formação ética, social e educacional para crianças, jovens e famílias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.334, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei de conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei de conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Além disso, anunciou a apresentação de uma representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o Presidente Lula, alegando a ocorrência de crime eleitoral em razão de manifestação pública que, segundo o Parlamentar, configuraria pedido de voto em favor das Ministras Marina Silva e Simone Tebet.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei de conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

Idilvan Alencar (PSB - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de lei de conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Na oportunidade, defendeu a Medida Provisória nº 1.334, de 2026 que reajustou o piso nacional do magistério e afirmou que a proposta garantiu recomposição inflacionária e ganho real para professores e professoras de diferentes vínculos da educação básica. Além disso, ressaltou que o piso de 5.130 reais para jornada de 40 horas representa um direito mínimo da categoria. Por fim, fez apelo ao Senador Alcolumbre para que fosse pautado o Projeto de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Lei nº 2.531, de 2021, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Afirmou que mais de 80% dos Estados não pagariam o piso atual, segundo tribunais de contas, e criticou o uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) sem ampliação de repasses. Por fim, sustentou que o Congresso Nacional deveria reduzir privilégios e despesas próprias antes de aprovar novas obrigações financeiras aos entes federativos.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Na oportunidade, parabenizou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) pela atuação em defesa do piso nacional do magistério e ressaltou que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da medida em cinco ações judiciais. Além disso, afirmou ter participado da criação do piso por meio de emenda ao projeto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ademais, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.531, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais dos quadros de pessoal técnico e administrativo da educação básica; e cobrou julgamento, pelo STF, da valorização do piso na carreira do magistério.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Por fim, acusou o Governo Federal de não cumprir promessas feitas aos profissionais da educação.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Além disso, lembrou a atuação sindical junto ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sindiute) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), destacando as mobilizações realizadas ao longo dos anos em defesa da categoria. Por fim, atribuiu a conquista ao Governo Lula e afirmou que a gestão federal priorizava a educação pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2026, que altera a Lei nº 11.738, de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Também lembrou aumento concedido durante o Governo Bolsonaro. Além disso, afirmou que o percentual inicialmente previsto na respectiva Medida Provisória era inferior ao aprovado posteriormente. Por fim, argumentou que o Congresso Nacional também deveria discutir a criação de um piso nacional para os profissionais da segurança pública, em razão das condições enfrentadas pela categoria.

José Priante (MDB - PA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará. Na oportunidade, lembrou que a proposta já havia sido aprovada pelo Congresso Nacional, mas acabou vetada posteriormente. Além disso, explicou que a área sofreu sobreposição de normas desde a criação da Reserva Garimpeira do Jamanxim, em 1983, do zoneamento econômico e ecológico estadual, em 2005, e da Floresta Nacional do Jamanxim, em 2006, o que teria provocado conflitos agrários e insegurança para produtores e moradores locais. Por fim, afirmou que a proposta não ampliaria o desmatamento, mas recategorizaria área já antropizada, considerada estratégica para a produção agropecuária e para a economia do Estado do Pará.

Henderson Pinto (UNIÃO - PA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada saudou a presença dos Prefeitos de Itaocara (RJ) e Cambuci (RJ) no Plenário da Câmara dos Deputados durante a Marcha dos Prefeitos. Além disso, afirmou que a bancada do Estado do Rio de Janeiro recebia os gestores municipais com satisfação e destacou a importância da interlocução com os Ministérios para viabilizar demandas dos Municípios. Por fim, desejou boas-vindas às delegações presentes e ressaltou a receptividade das bancadas fluminenses aos representantes municipais.

Ribamar Silva (PODE - SP) - O Deputado registrou a visita do Vice-Prefeito de Itapeverica da Serra (SP), Allan Dias, e de integrantes da administração municipal à Câmara dos Deputados, destacando articulações para obtenção de recursos federais destinados à área de moradia no Município. Além disso, mencionou reunião prevista com o Ministério das Cidades e ressaltou a atuação do Prefeito Ramon, do Secretário de Transporte Alberto Dias e do Secretário de Habitação Rogério Silva. Por fim, lembrou o recebimento do Título de Cidadão Itapevericano concedido pela Câmara Municipal e afirmou manter relação de proximidade com o Município paulista.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado agradeceu a presença do Deputado Estadual Wilson Filho no Plenário da Câmara dos Deputados e ressaltou a relação de respeito construída durante o período em que atuaram, respectivamente, como Líder do Governo e Líder da Oposição na Assembleia Legislativa da Paraíba. Além disso, destacou a atuação de Wilson Filho, como Secretário de Estado da Educação, na viabilização do Colégio Militar obtido pelo mandato parlamentar, com abertura de 600 vagas. Por fim, agradeceu pela mudança do nome da Escola Pedro Lins para Profª Rosinha, em homenagem a educadora com 40 anos de atuação na educação paraibana.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Rosângela Gomes (REPUBLICANOS - RJ) - A Deputada saudou a presença do Vereador Eric, Líder do Republicanos em Paraty (RJ), que esteve em Brasília (DF) em busca de investimentos e recursos para as áreas de esporte, agricultura, pesca e saúde no Município. Além disso, destacou a atuação do Parlamentar municipal em ações de inclusão social por meio do esporte e enviou cumprimentos ao Prefeito Zezé. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

mencionou a realização da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) e afirmou expectativa de participação no evento ao lado das lideranças locais.

José Priante (MDB - PA) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Marina Silva (REDE - SP) - A Deputada encaminhou a votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do art. 7º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado questionou a condução dos trabalhos no plenário da Câmara dos Deputados e cobrou o cumprimento do Regimento Interno durante as orientações de voto. Em seguida, citou o art. 192, § 2º, da norma regimental, que prevê a orientação partidária após a discussão das matérias legislativas. Além disso, afirmou que pedidos sucessivos para registro de voto poderiam desprezar os procedimentos estabelecidos pela Casa. Também solicitou esclarecimentos da Presidência da sessão sobre eventual mudança na aplicação das regras regimentais durante as votações.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 7º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará. Em seguida, afirmou que a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não cumpriu promessas relacionadas ao meio ambiente, ao agronegócio e ao setor produtivo nacional. Além disso, declarou que o Governo Federal ampliou o desmatamento, prejudicou as atividades econômicas e associou o agronegócio ao fascismo em declarações públicas. Também criticou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025, COP 30, no Estado do Pará e pediu que a população acompanhasse as ações e declarações do Presidente da República.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 7º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do artigo 7º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará. Em seguida, defendeu o Presidente Lula, destacando o êxito da COP 30 realizada no Pará. Além disso, elogiou a cidade de Belém (PA) e protestou contra os ataques de baixo nível político dirigidos ao Presidente, pedindo que os debates ocorressem de forma séria.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 7º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 7º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 7º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do artigo 7º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, localizadas no Município de Novo Progresso, Estado do Pará. Em seguida, criticou a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter prejudicado o setor produtivo e não ter apresentado avanços na área ambiental ao longo dos últimos anos. Além disso, classificou como fracasso a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025, COP 30, no Estado do Pará, e acusou o Governo Federal de prejudicar a imagem internacional do Brasil com desmatamento ilegal.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado apresentou questão de ordem com base nos artigos 95 e 49 da Constituição Federal para defender mudanças no acesso de partidos políticos ao Supremo Tribunal Federal. Além disso, criticou o Governo Federal por recorrer ao Judiciário após derrotas em votações legislativas. Em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

seguida, pediu ao Presidente da sessão que pautasse propostas para restringir ações de partidos com baixa representação parlamentar na Suprema Corte.

Murilo Galdino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado registrou a presença da Deputada Estadual Sílvia Benjamin, atuante na Assembleia Legislativa da Paraíba, destacando o trabalho realizado por ela no Estado e sua pré-candidatura ao cargo de Deputada Federal. Também cumprimentou o Deputado Estadual Wilson Filho e o ex-Prefeito do Município de Areial (PB), Adelson Benjamin. Por fim, reafirmou compromisso com ações voltadas ao Município de Areial (PB) e ao Estado da Paraíba.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.733, de 2020, que dispõe sobre incentivos à economia criativa na Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a ausência do Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Além disso, acusou o Governo Federal de desrespeitar prerrogativas do Congresso Nacional e apontou irregularidades na tentativa de transferência do ex-Deputado Alexandre Ramagem dos Estados Unidos, o que teria gerado atrito diplomático e a expulsão de um agente brasileiro. Em seguida, anunciou pedidos formais pela exoneração de Andrei Rodrigues. Por fim, relatou ataques de facções criminosas ao Morro do Careca, no Rio Grande do Norte, e a invasão armada ao Hospital Geral de Caicó (RN), conclamando as Forças Armadas a atuarem diante da crise de segurança no País.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado declarou o voto contrário da bancada do PCdoB ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera as regras de georreferenciamento para o combate a crimes ambientais. Argumentou que o georreferenciamento é instrumento essencial de proteção ambiental e que a exigência de notificação prévia pode favorecer criminosos, sobretudo em áreas remotas. Além disso, manifestou preocupação com o enfraquecimento da fiscalização e lamentou que a Câmara dos Deputados optasse pela flexibilização das normas ambientais.

Marina Silva (REDE - SP) - A Deputada defendeu a importância da economia criativa como instrumento de geração de emprego, renda e riqueza por meio de atividades intangíveis, como a arte. Além disso, afirmou que o setor contribuiu para a formação social, econômica e cultural da população e destacou o papel do patrimônio cultural e da capacidade inventiva nacional no desenvolvimento do País. Em seguida, relacionou a economia criativa ao enfrentamento da crise de valores e ao fortalecimento de iniciativas voltadas ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

desenvolvimento econômico, social e cultural. Por fim, classificou o Projeto de Lei nº 4.733, de 2020, como estratégico para a economia brasileira.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.733, de 2020, que dispõe sobre incentivos à economia criativa na Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Lula por disseminar informações falsas sobre a postura da Oposição diante da proposta de redução da jornada de trabalho. Assinalou que não houve votação relacionada ao tema e declarou que a discussão permanecia em fase de debate na Câmara dos Deputados. Em seguida, criticou o Governo Federal por utilizar o assunto em contexto eleitoral e alegar defesa dos trabalhadores sem apresentar soluções para a jornada de trabalho ao longo dos anos de gestão.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado criticou o decreto do Governo Lula que, sob pretexto de regulamentar o Marco Civil da Internet, impõe maior vigilância às redes sociais. Apontou que o Governo já controla instituições como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e agora busca dominar o principal instrumento de fiscalização popular. Relatou ter sido multado em R\$ 10 mil em 2022 por questionar a isonomia eleitoral e o uso de urnas eletrônicas. Por fim, manifestou confiança de que o Congresso Nacional derrubará o decreto.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado agradeceu à bancada baiana pelos recursos de emendas destinados à saúde da Bahia, destacando cerca de 26 milhões de reais aplicados na construção do HBO — Hospital Baiano de Oncologia, em Feira de Santana (BA), projeto conduzido pela Santa Casa de Misericórdia. Informou que as obras já começaram e ressaltou que também destinou emendas individuais para o empreendimento. Agradeceu ainda ao Governador Jerônimo Rodrigues pelo apoio ao projeto e afirmou que o novo hospital, considerado o segundo hospital geral do câncer da Bahia, será fundamental para fortalecer o atendimento oncológico no Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o filho do Presidente Lula protocolou *habeas corpus* preventivo para evitar prisão, em contexto de suposto recebimento de R\$ 300 mil. Além disso, apontou contradição entre a declaração de Lula de que não interferiria na Polícia Federal e a troca de delegado da instituição. Por fim, assinalou que dois inquéritos concluíram que o ex-Presidente Bolsonaro não interferiu na Polícia Federal.

Marussa Boldrin (REPUBLICANOS - GO) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Lucio Mosquini (PL - RO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Marina Silva (REDE - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Lucio Mosquini (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Danilo Forte (PP - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

e ao contraditório. Além disso, lamentou a estagnação de projetos estratégicos, citando a mina de fosfato e urânio do Ceará, cujos projetos Itatá e Santa Quitéria aguardam viabilização desde 2005. Assinalou que a exploração desse recurso eliminaria a necessidade de importação de fosfato, gerando economia de cerca de cinco bilhões de dólares anuais ao País.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório. Além disso, citou o acordo entre o Mercosul e a União Europeia como exemplo de integração econômica benéfica, com exportação de frutas do Vale do São Francisco para a Europa. Ressaltou ainda a importância da preservação de biomas como a caatinga e mencionou a aprovação de política de recuperação desse bioma, da qual participou.

Marina Silva (REDE - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Marina Silva (REDE - SP) - A Deputada criticou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Marussa Boldrin (REPUBLICANOS - GO) - A Deputada elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Icaro de Valmir (REPUBLICANOS - SE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.689, de 2025, que reconhece a cidade de Jaguariúna, localizada no Estado de São Paulo, como a “Capital Country do Brasil”.

Icaro de Valmir (REPUBLICANOS - SE) - O Deputado saudou representantes presentes na Marcha dos Prefeitos, com destaque para o Prefeito Davi Neto, de Jaguariúna (SP), e parabenizou-o pela competência à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

frente do Município. Além disso, manifestou expectativa pela aprovação de Projeto de Lei nº 4.689, de 2025, que reconhece a cidade de Jaguariúna, localizada no Estado de São Paulo, como a “Capital Country do Brasil” e concluiu com votos de bônus e compromisso com um Brasil melhor.

Tiago Dimas (PODE - TO) - O Deputado celebrou os 37 anos de Palmas, capital do Tocantins, destacando o crescimento e o desenvolvimento da cidade ao longo dos anos. Além disso, informou que, nos últimos 10 meses do mandato, foram direcionados mais de R\$ 21 milhões para o Município, dos quais R\$ 12,5 milhões já foram pagos, com recursos aplicados em saúde, assistência social e obras estruturantes, como a Ponte do Bertaville.

Danilo Forte (PP - CE) - O Deputado criticou o leilão de energia termelétrica realizado pelo Governo federal, apontando falta de transparência, benefício a grupos econômicos e impacto estimado de até 600 bilhões de reais nas contas de energia em 15 anos — podendo chegar a mais de um trilhão se as usinas operarem. Também questionou a exclusão de fontes eólica e solar do certame, o afastamento de servidores do Ministério de Minas e Energia e a ausência de respostas sobre a formação dos preços. Por fim, defendeu a suspensão do leilão.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado apontou uma crise na saúde pública de Pernambuco, citando episódios como o desabamento de tetos no Hospital Barão de Lucena e no Hospital da Restauração, além de condições precárias em UTIs pediátricas. Também assinalou irregularidades contratuais graves, como pagamentos de quase R\$ 50 milhões ao Hospital Mestre Vitalino, em Caruaru (PE), sem contrato formalizado, e unidades como a UPA Edgar Anhuns operando por dois anos sem respaldo contratual. Por fim, criticou a ausência de licitações e o gasto de cerca de R\$ 300 milhões em contratos emergenciais, classificando a gestão estadual como incompetente ou mal-intencionada.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado parabenizou os Prefeitos presentes à Marcha dos Prefeitos em Brasília (DF), reconhecendo a luta por recursos e desenvolvimento para os Municípios. Além disso, criticou o Governo do Presidente Lula, apontando desrespeito ao pacto federativo e afirmando que as propostas do atual mandato não passam de narrativas sem impacto concreto para a sociedade. Por fim, alertou a população brasileira sobre os riscos de um novo mandato do Presidente da República.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado parabenizou o Presidente Lula pelo atendimento às demandas dos Municípios brasileiros e criticou a Extrema Direita por propor, por meio de emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 20219, que altera o Art. 7º inciso XII da constituição Federal, reduzindo a jornada de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

trabalho a 36 horas semanais em 10 anos, a redução para 40 horas semanais somente em 10 anos, com possibilidade de jornada de até 52 horas. Defendeu a aprovação imediata da escala 5x2, com dois dias de descanso, sem redução salarial, argumentando que a medida beneficia trabalhadores e trabalhadoras, melhora a qualidade de vida e aumenta a produtividade. Por fim, anunciou audiência pública em Florianópolis (SC) para debater o tema.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado criticou o PT e o Governo federal, apontando o uso de pautas, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2021, que altera o Art. 7º inciso XII da Constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos, como estratégia eleitoral. Defendeu a reforma com responsabilidade, incluindo compensações para evitar desemprego e repasse inflacionário. Também assinalou o pedido de *habeas corpus* pelo filho do Presidente Lula como indício de irregularidades no INSS e condenou a taxação de compras internacionais por três anos, classificando a revogação às vésperas das eleições como manobra política.

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado encaminhou o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado alertou para os impactos negativos do projeto em debate sobre o setor de diesel no Brasil, apontando que a Petrobras não investe em refinarias e deixou de importar o combustível, transferindo essa responsabilidade às distribuidoras, que o adquirem a preços mais elevados. Dessa forma, assinalou que a medida pode inviabilizar o consumo de diesel no País e prejudicar os caminhoneiros. Por fim, encaminhou o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Duarte Jr. (AVANTE - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado parabenizou a Frente Parlamentar Evangélica pelo lançamento da agenda legislativa, com destaque para a Presidente Igreja Elias e o Senador Carlos Viana. Em seguida, criticou o PT por, a seu ver, tentar maquiagem o preço dos combustíveis em ano eleitoral e apontou o partido como responsável por escândalos envolvendo a Petrobras, os Correios e fundos de pensão. Associou Lulinha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

ao caso do "careca do NSS" e cobrou responsabilização pelo suposto desvio de recursos de aposentados. Por fim, orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis). Ademais, criticou o Governo Lula por controlar artificialmente o preço dos combustíveis, arruinando a Petrobras e prejudicando o povo.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis), alegando que o Governo Lula busca proteger a população. Ademais, criticou Parlamentares da Oposição por estarem preocupados com a melhora do Presidente Lula nas pesquisas eleitorais e com a queda do Senador Flávio Bolsonaro, envolvido em denúncias a respeito do empresário Daniel Vorcaro. Ao final, responsabilizou o Governo Bolsonaro pela elevação do preço do óleo diesel.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis). Ademais, criticou as acusações recíprocas presentes nos debates políticos na Casa e defendeu que se priorize a discussão do mérito da proposição. Além disso, sustentou que o eleitor escolherá o candidato com a melhor proposta.

Duarte Jr. (AVANTE - MA) - O Deputado questionou a Presidência se o Projeto de Lei nº 2.766, de 2021, que altera a aplicação de multas por infrações contra consumidores, seria votado naquele dia. Ademais, alertou que a proposição poderia reduzir drasticamente a penalidade aplicada a supermercados que expusessem produtos vencidos à venda, mesmo com contaminação de inúmeros consumidores. Ao final, posicionou-se contra a matéria e solicitou que não fosse votada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis). Ademais, criticou o Governo Lula por responsabilizar o Congresso Nacional pelos problemas decorrentes da política de preços dos combustíveis e alertou os partidos de Centro sobre o uso de propaganda e notícias falsas para indispor o povo contra o Parlamento.

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).

Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE - RJ) - O Deputado saudou a presença, em Brasília (DF), do Vereador Moisés, de São Pedro da Aldeia (RJ), integrante de comitiva da Prefeitura que buscava recursos para o desenvolvimento do Município. Além disso, saudou o Prefeito Fábio do Pastel pelo trabalho realizado e pelo avanço da cultura local.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis). Ademais, esclareceu que a Petrobras produz a maior parte da gasolina e do diesel consumidos no País, enquanto parte do combustível importado já é adquirida diretamente pelas distribuidoras. Além disso, esclareceu que a proposição não penaliza empresários que comprovem aumento de custos por meio de nota fiscal.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do líder político Hilário Neto, de Lago da Pedra (MA), acompanhado da esposa, que veio a Brasília (DF) para participar da Marcha dos Prefeitos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis). Além disso, destacou que a proposta busca punir distribuidoras que prejudicam postos e consumidores. Ademais, responsabilizou o Governo Bolsonaro e a Extrema Direita pela elevação dos preços dos combustíveis em decorrência da privatização da BR Distribuidora, da interrupção da ampliação do refino nacional, da venda de fábricas de fertilizantes e da política de paridade de preços internacionais (PPI). Ao final, defendeu o fortalecimento da Petrobras, a retomada de estaleiros no Rio Grande (RS) e a soberania nacional.

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).

Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis).

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis), alegando que o controle de preços provoca desabastecimento, contrabando e fortalecimento do crime organizado. Além disso, destacou que o Governo Lula busca transferir à iniciativa privada a responsabilidade pelos problemas decorrentes da política de combustíveis.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que tipifica a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999, e dá outras providências (criminaliza o aumento abusivo do preço dos combustíveis). Ademais, lembrou que postos com a marca BR não pertencem mais à Petrobras em razão da privatização da BR Distribuidora pelo Governo Bolsonaro. Além disso, sustentou que a proposição busca coibir aumentos abusivos e criminosos nos postos de combustível. Ao final, associou denúncias envolvendo a Refinaria de Manguinhos, o ex-Governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro, o Senador Flávio Bolsonaro e o empresário Ricardo à obtenção de riqueza ilícita no setor de combustíveis.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a aprovação da proposta em debate e rebateu críticas da oposição, afirmando que o texto prevê punições apenas em casos de aumentos de preços considerados abusivos e dissociados de fundamentos econômicos verificáveis. Afirmou que a medida busca coibir práticas que prejudiquem os consumidores, com base em critérios técnicos e no uso de dados do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Também argumentou que o Projeto de lei nº 1.625, de 2026, em discussão, fortalece a proteção ao consumidor diante de eventuais aumentos considerados injustificados e ressaltou que a iniciativa reflete o compromisso do Governo Federal com a defesa do poder de compra da população.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado questionou o Governo sobre a ausência de critérios objetivos no Projeto de lei nº 1.625, de 2026, em discussão, indagando onde estaria definido o limite a partir do qual um aumento configuraria crime. Além disso, apontou a incapacidade dos representantes governistas de responder à pergunta e comparou o texto da proposta a uma obra abstrata, por considerar os parâmetros legais vagos e imprecisos.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado explicou que os preços do diesel variam conforme a origem do fornecedor — sendo mais elevados quando provenientes de refinarias privatizadas — e que empresários com nota fiscal comprovando o preço pago não teriam problemas. Por fim, reafirmou a defesa do preço de mercado, baseado em custos efetivos, em detrimento do tabelamento.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado apoiou os argumentos do Deputado Luiz Lima e citou o art. 7º-A do Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que tipifica como ilícito o aumento artificial de preços de bens produzidos por atividades de utilidade pública sem justa causa. Além disso, criticou o Governo Lula, ao argumentar que a norma conferiria ao Presidente da República poder discricionário para determinar quais reajustes configurariam crime, e assinalou que, diante da falta de argumentos, o Governo recorreria a ataques.

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a regulação estatal como instrumento legítimo de combate a abusos, argumentando que o Projeto de lei nº 1.625, de 2026, em discussão não representa intervenção indevida, mas sim regulação prevista em lei. Além disso, traçou paralelo com outras formas de regulação já aceitas pela sociedade, como a proteção de crianças, adolescentes e mulheres. Também criticou os opositores ao associá-los aos ataques de 8 de janeiro, questionando a coerência de quem defende a democracia e, ao mesmo tempo, teria apoiado ações contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Lula em diversos aspectos. Apontou suposta manipulação de pesquisas eleitorais para favorecer uma eventual candidatura presidencial e assinalou que o Governo descumpriu o próprio arcabouço fiscal. Também condenou a política de combustíveis, argumentando que o Projeto de lei nº 1.625, de 2026, em votação, geraria desabastecimento e aumento de preços, com a Petrobras sendo posteriormente acionada para importar diesel a custos mais elevados ao consumidor. Além disso, relembrou episódios como a PEC da Transição e a chamada PEC da Segurança, que, segundo ele, não enfrentaria de forma eficaz os problemas da segurança pública no País, para evidenciar o que classificou como prática reiterada do Governo de aprovar medidas com apoio parlamentar e, diante de resultados negativos, atribuir a culpa ao Congresso. Por fim, convocou a população, em especial a do Nordeste, a acompanhar os debates na Câmara dos Deputados e a não conceder novo mandato ao Presidente da República.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado defendeu a rejeição da emenda apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, em discussão, argumentando que a proposta enfraquece o objetivo central da matéria: dotar o País de instrumentos legais para punir práticas abusivas de preços no setor de combustíveis. Também criticou a exigência de manifestação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

condição para a apuração de eventuais crimes, afirmando que tal medida comprometeria a atuação da polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na fiscalização de práticas anticoncorrenciais e argumentou que a legislação já prevê mecanismos para apurar aumentos arbitrários de lucros. Além disso, afirmou que caberia ao órgão analisar diferenças entre preços de compra e venda de combustíveis para verificar eventual abuso econômico. Por fim, criticou tentativas de retirar competências do Cade e sustentou que não seria adequado estabelecer valores fixos em lei para caracterizar aumento abusivo de preços.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado homenageou a Primeira Assembleia de Deus de Niterói (RJ) pelo centenário de sua fundação, ocorrida em 1926. Relatou que o missionário sueco Gunnar Vingren, acompanhado de sua esposa Frida Vingren e filhos, atravessou a Baía de Guanabara para levar a mensagem pentecostal à antiga capital do Estado do Rio de Janeiro. Destacou a contribuição do Pastor Francisco Leopoldo Coelho, que assumiu a condução dos trabalhos na sequência, e de João Corrêa da Silva, que abriu sua casa para abrigar os cultos nos primórdios da congregação. Homenageou lideranças históricas como o Missionário Samuel Hedlung e os Pastores Moisés Soares da Fonseca, Adilson Soares da Fonseca e Gesse Adriano, além do Pastor Custódio Rangel, fundador do Centro Evangélico Internacional. Informou ainda que a igreja é atualmente pastoreada pelo Pastor Wanderley Andrade e que a homenagem no Parlamento foi articulada pelo Pastor Carlos Edson Alves Carvalho. Por fim, convidou autoridades e cidadãos para as celebrações do centenário, na sede da igreja, localizada na Travessa Victor Pestre, nº 32, no bairro do Fonseca, em Niterói (RJ).

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e", contida no art. 7º-A da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, alterado pelo art. 1º da subemenda substitutiva às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado parabenizou o Presidente da Sessão, Deputado Joaquim Passarinho, pela correção feita durante a votação da Emenda de Plenário nº 2 apresentada ao Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999; e afirmou que o gesto contribuiu para a boa convivência e o respeito entre os Parlamentares. Além disso, rebateu críticas de que a Esquerda teria votado sem conhecimento do projeto e sustentou que a proposta buscava criar instrumentos para punir práticas de preços abusivos. Ademais, defendeu a aplicação de multas e penas de reclusão contra responsáveis por aumentos considerados injustificados, argumentando que trabalhadores e consumidores não poderiam ser prejudicados por cobranças excessivas.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado agradeceu a condução dos trabalhos da Presidência da Câmara e elogiou a aprovação do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999; proposição, segundo ele, destinada a fortalecer mecanismos de proteção da economia popular diante de aumentos abusivos nos preços dos combustíveis. Além disso, afirmou que a medida garantiria segurança jurídica ao preservar empresários que comprovassem elevação de custos operacionais ou de aquisição dos produtos. Por fim, defendeu a ampliação da capacidade de refino da Petrobras, com o objetivo de reduzir a dependência das oscilações internacionais nos preços de diesel e gasolina e fortalecer a soberania energética do País.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou respeitar o resultado da votação do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999; e declarou que a Oposição reconheceu a decisão soberana do Congresso Nacional. Além disso, elogiou a postura do Relator, destacando disposição ao diálogo e abertura para sugestões durante a tramitação da matéria. Por fim, criticou o que classificou como judicialização de matérias de interesse do Governo Lula e apontou suposta interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) em decisões aprovadas pelo Parlamento.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a proposta de punição para aumentos considerados abusivos nos preços dos combustíveis e afirmou que Parlamentares favoráveis ao projeto não conseguiram definir objetivamente a partir de qual valor o reajuste configuraria crime. Além disso, declarou que muitos Deputados não compreenderam o conteúdo da votação do Projeto de Lei nº 1.625, de 2026, que altera a Lei nº 8.137, de 1990, para tipificar a conduta de elevar, sem justa causa, o preço dos bens de utilidade pública de que trata o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.847, de 1999. Por fim, argumentou que distribuidoras privadas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

garantiram o abastecimento de diesel no País no mês de abril, ao afirmar que a Petrobras não teria realizado importações do produto no período.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou a aprovação, em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), de dois projetos de lei sob sua relatoria em benefício dos assistentes sociais. Informou que um é o Projeto de Lei (PL) nº 1.827, de 2019, que institui o piso salarial nacional de R\$ 5.500,00 para a categoria, corrigindo a ausência de remuneração mínima definida em lei para os cerca de 240 mil profissionais registrados no Conselho Federal de Serviço Social. O outro o PL nº 2.635, de 2020, que estabelece o dia 15 de maio como o Dia Nacional do Assistente Social e garante a jornada semanal de 30 horas para todos os profissionais da categoria, independentemente da área de atuação ou do regime jurídico. Ressaltou ainda a importância da jornada reduzida para a preservação da saúde mental dos profissionais, diante da elevada carga emocional inerente ao contato cotidiano com o sofrimento humano. Ao final, parabenizou os que votaram favoravelmente às matérias e conclamou os Senadores a aprovarem as propostas, concluindo a agenda de valorização da categoria.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado manifestou-se a favor da derrubada dos Dispositivos 4, 5, 23 e 25, constantes no Veto nº 51, de 2025, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026, ser apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, no contexto da XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Argumentou que os quatro dispositivos vetados restringem o acesso dos Municípios a recursos federais indispensáveis ao funcionamento da gestão pública em 2026, aprofundando o desequilíbrio do Pacto Federativo, no qual a União concentra mais da metade da arrecadação tributária enquanto os Municípios, com menos de 20% da receita, são responsáveis pelo atendimento direto ao cidadão. Destacou ainda que o impacto dos vetos recai sobre o cidadão comum, comprometendo serviços essenciais como saúde, educação e transporte escolar.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado homenageou Palmas (TO), em mais um aniversário da cidade. Destacou o caráter planejado da capital e a contribuição dos pioneiros e trabalhadores tocantinenses para seu desenvolvimento. Ressaltou o vínculo pessoal com a cidade, onde construiu sua vida familiar e sua trajetória pública, e reafirmou o compromisso, no exercício do mandato federal, de apoiar projetos voltados à mobilidade urbana, integração regional e desenvolvimento logístico. Por fim, parabenizou a população palmense e manifestou a intenção de continuar trabalhando pelo crescimento estruturado e moderno da capital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Julio Arcoverde (PP - PI) - O Deputado registrou a satisfação em receber, em seu gabinete na Câmara dos Deputados, Prefeitos, Vice-prefeitos, Vereadores, secretários municipais e lideranças piauienses que estiveram em Brasília por ocasião da XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Relatou que os encontros foram marcados por diálogo e planejamento, com discussões sobre investimentos em obras estruturantes, saúde, educação, infraestrutura e assistência social, além de propostas legislativas voltadas ao fortalecimento dos Municípios, especialmente das pequenas e médias cidades. Destacou ainda a importância da Marcha Municipalista como espaço de aproximação entre Brasília e a realidade local, fortalecendo o diálogo federativo. Por fim, reafirmou o compromisso de manter o gabinete aberto a todos os gestores municipais, independentemente de posição política, e de continuar trabalhando em defesa dos municípios piauienses.

Maria Rosas (REPUBLICANOS - SP) - A Deputada destacou a sessão solene em homenagem ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio. Informou que a data foi instituída em memória de Araceli, menina de 8 anos vítima de crime brutal em 1973. Apresentou dados do Ministério dos Direitos Humanos que apontam mais de 110 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2021 e 2024, com crescimento de quase 96% no período, e alertou que a maioria dos crimes ocorre no ambiente familiar e que muitos casos sequer são denunciados. Ressaltou ainda o agravamento do problema com a prática de crimes no ambiente digital e mencionou o Projeto de Lei nº 349, de 2024, de sua autoria, que institui campanha nacional de prevenção e combate aos crimes digitais contra crianças, adolescentes e pessoas com deficiência praticados com o uso de inteligência artificial. Conclamou a sociedade a denunciar casos de violência por meio do Disque 100, disponível 24 horas por dia, e encerrou reafirmando que a proteção da infância é responsabilidade coletiva da família, do Estado e de todas as instituições sociais.

Vinicius Carvalho (PL - SP) - O Deputado criticou a narrativa governamental de inflação sob controle, argumentando que ela não corresponde à percepção da população, cujo poder aquisitivo segue enfraquecido. Destacou que o endividamento das famílias compromete parcela crescente da renda, forçando cortes na alimentação. Apontou a diferença entre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que abrange famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais sensível a itens básicos como alimentação e transporte e mais representativo das camadas de menor renda, mas com menor destaque no debate público. Como exemplo concreto, citou que, em abril, a cesta básica na capital paulista consumiu 60,43% do salário mínimo de R\$ 1.621,00, tornando inviável o custeio das demais despesas essenciais, em desacordo com o preceito constitucional de vida digna para o trabalhador e sua família.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado abordou a perda de confiança da população nas instituições públicas, apontando-a como a grande crise do momento, marcada pelo distanciamento entre o cidadão comum e o Poder Público. Argumentou que essa desconfiança enfraquece a economia, retira a esperança dos jovens e alimenta a sensação de injustiça, especialmente diante da percepção de que corruptos e poderosos vivem acima da lei. Ademais, defendeu a retomada de valores como mérito, responsabilidade, transparência e respeito ao dinheiro público, e afirmou que o Estado existe para servir o cidadão. Valendo-se de sua trajetória no esporte, ressaltou que disciplina e entrega de resultados concretos devem nortear também a atuação do Poder Público. Concluiu reafirmando o compromisso de defender oportunidades, segurança e liberdade para o povo brasileiro enquanto exercer o mandato.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado apresentou o Projeto de Lei nº 2.477, de 2026, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional do acompanhante especializado de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Destacou que esses profissionais desempenham papel essencial na mediação da comunicação, na adaptação de atividades pedagógicas e no suporte emocional de crianças e jovens autistas, sendo indispensáveis para a efetivação da educação inclusiva. Apontou que, embora a Lei Berenice Piana já assegure o direito ao acompanhante especializado, na prática esses profissionais enfrentam baixos salários, falta de valorização e alta rotatividade, comprometendo a qualidade do atendimento. Ressaltou que a proposta fixa o piso salarial em dois salários mínimos mensais, com jornada de 40 horas semanais e reajuste anual pelo índice oficial de inflação, além de prever assistência financeira complementar da União a Estados, Municípios e entidades filantrópicas que atendam pelo SUS e pela rede pública de ensino. Concluiu defendendo que a inclusão deve ser tratada como investimento social e constitucional, e não como despesa, e convocou a Casa a apoiar a iniciativa.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado discursou em apoio ao programa Move Aplicativos, anunciado pelo Presidente Lula, que disponibiliza R\$ 30 bilhões em crédito para a aquisição de veículos por motoristas de aplicativo e taxistas. Destacou que o programa oferece financiamento de até 72 meses, com juros diferenciados e condições mais vantajosas para mulheres, podendo reduzir em até 50% o custo total de aquisição de um veículo. Apontou que a iniciativa tem potencial de estimular a venda de até 300 mil veículos no primeiro ano, gerando empregos e dinamizando a cadeia produtiva do setor automotivo. Ressaltou ainda os impactos sociais do programa, como a formalização de trabalhadores informais, o acesso à seguridade social e a promoção da autonomia financeira das mulheres. Concluiu convocando os Parlamentares a apoiar a regulamentação e o acompanhamento do programa, reafirmando que o desenvolvimento econômico deve caminhar junto com a justiça social.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 97.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/05/2026

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado abordou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e citou dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2024 (PeNSE/2024), do IBGE, que revelam que 73% dos estudantes relataram tristeza constante e mais de 69% sofreram *bullying*. Destacou sua atuação à frente da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara, onde conduziu debates com empresas de tecnologia, especialistas e organizações da sociedade civil. Mencionou também ter sido relator da matéria aprovada por unanimidade que unificou 32 projetos de lei para combater crimes cibernéticos, incluindo a tipificação penal do *bullying* digital, e coautor da lei que criminalizou o *stalking* no Brasil. Informou a apresentação do Projeto de Lei (PL) nº 3.890, de 2025, que proíbe a monetização da superexposição de menores nas redes sociais, e o do PL 3.918, de 2023, denominado Lei Larissa Manoela, voltado à proteção de crianças e jovens contra a exploração no trabalho artístico e audiovisual. Por fim, citou o apoio a entidades de acolhimento na Paraíba e defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que reserva ao menos 1% das receitas públicas para a assistência social.

Lêda Borges (REPUBLICANOS - GO) - A Deputada discursou em defesa da política nacional de minerais críticos e estratégicos (Projeto de Lei nº 2.780, de 2024) aprovada pela Câmara, contextualizando-a na disputa global por controle de cadeias tecnológicas, energéticas e industriais que sustentam a nova economia digital. Argumentou que o Brasil, dotado de reservas minerais excepcionais, não pode continuar limitado ao papel de exportador de matéria-prima. Ressaltou o Projeto de Lei nº 5.445, de 2025, de sua autoria, como contribuição central ao texto aprovado. Destacou ainda que a proposta introduz mecanismos modernos de financiamento, contratos de *royalties* minerários, critérios de rastreabilidade alinhados às exigências internacionais e integração entre ciência, indústria e formação profissional. Por fim, mencionou Goiás como Estado diretamente inserido nessa nova geografia econômica e defendeu que liderança global exige planejamento estratégico, segurança jurídica e visão de longo prazo.

ENCERRAMENTO